

(Informação do grupo moçambicano de solidariedade para com o povo de Timor-Leste às VI Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

Esta informação é uma explicação sucinta sobre os seguintes desenvolvimentos:

1. Na manhã de 27 de Fevereiro entregámos para publicação no NOTÍCIAS, o único jornal diário de Maputo, um artigo com o título "Moçambique vai trair Timor-Leste". Pelos restantes órgãos da comunicação social distribuámos um comunicado, em dois pontos: o primeiro denunciava a crescente cumplicidade do governo de Moçambique para com a Indonésia e o abandono da política governamental de solidariedade e apoio à causa timorense; o segundo ponto apelava à opinião pública, à imprensa e às organizações e personalidades de maior prestígio em Moçambique a protegerem o povo timorense e exigirem ao governo que reconsiderasse as suas posições.

Neste mesmo dia, no período da tarde, o Conselho de Ministros, reunido em sessão ordinária, tomava medidas de reactivação do apoio à causa de Timor-Leste. Tais medidas nos surpreenderam, mas as saudámos.

O nosso artigo não chegou a ser publicado, mas o comunicado foi.

2. A 8 de Março o boletim IMPARCIAL deforma tendenciosamente afirmações da Fretilin e do grupo de solidariedade.

3. A 9 de Março a Fretilin emite uma declaração como resposta indirecta ao IMPARCIAL.

Neste dia o porta-voz da Assembleia da República comunica ao grupo de solidariedade que a comissão permanente daquele órgão aprovara a nossa proposta de criação do grupo "PARLAMENTARES POR TIMOR-LESTE", e que ela seria em breve apresentada aos deputados.

4. A 10 de Março o semanário SAVANA publicava um artigo nosso com o título desta informação às jornadas.

5. A 13/3 o NOTÍCIAS publicava em meia-página uma interessante entrevista com o cooperante sueco, Sr. Niklas Lehman, que esteve em Timor-Leste. A entrevista recebeu o título "Salvação dos timorenses depende da acção internacional".

6. A 15 de Março o semanário DEMOS publica o nosso artigo "Contribuição para um código das relações Moçambique-Indonésia". A meio da manhã chega ao coordenador do grupo de solidariedade um convite da embaixada norte-americana em Maputo: o seu adido político queria encontrar-se comigo no dia seguinte, de manhã, na embaixada ou em qualquer outro local que eu indicasse.

Detalhemos um pouco o sentido e significado geral destes acontecimentos.

A nossa denúncia da cumplicidade do governo não foi de modo nenhum precipitada, nem intempestiva. Baseou-se em factos realmente ocorridos, sendo graves os registados ao longo do ano anterior, porque substituíam crescente e rapidamente a solidariedade para com Timor-Leste pela aproximação a Jacarta e a Fretilin pelo embaixador indonésio.

Do estabelecimento de relações diplomáticas Moçambique-Indonésia, em Agosto de 91, às recentes decisões do governo, a política moçambicana de apoio a Timor percorreu duas fases. Na primeira(1991-92) o governo soube gerir equilibradamente o seu apoio a Timor e a sua relação política com Jacarta. Na segunda fase(1993/94) o governo nada fez pela causa timorense, tomou medidas só favoráveis à Indonésia, tendo algumas delas prejudicado politicamente a Resistência Timorense.

Estando nós ao corrente desta situação, vendo que o novo governo eleito nada empreendia por Timor e mantinha no seu seio quem no executivo anterior não se batia por esta causa, decidimos avançar com a denúncia.

Como se explica então que o governo moçambicano tenha subitamente reactivado o dossier Timor-Leste? O Conselho de Ministros instruiu o M.N.E. para um maior acompanhamento do caso timorense, para um contacto mais estreito e regular com os movimentos nacionalistas timorenses e destacou um quadro com o nível de embaixador para se ocupar destes assuntos. Ainda não temos dados seguros para explicar o sinuoso percurso governamental e, por isso, só podemos adiantar meras hipóteses especulativas. Diz-se que Maputo não abandonou os timorenses, mas que apenas esteve a executar uma manobra táctica, durante os dois últimos anos, para evitar que Jacarta viesse a apoiar a Renamo no processo eleitoral moçambicano. Outros argumentam que Maputo quis realmente virar-se para a Indonésia, mas apercebendo-se da crescente importância internacional do caso timorense, decidiu recuar, para não "perder o combóio".

Não é de excluir a hipótese de ter havido fuga de informação sobre a denúncia que o grupo de solidariedade ia fazer.

Em função da futura prática do governo poderemos vir a admitir que ele nunca quis abandonar o apoio a Timor e que nós é que interpretámos mal as peculiaridades da política externa moçambicana.

Em todo o caso o grupo de solidariedade tem razões para se manter vigilante, e vai manter-se.

Das nossas propostas actuais ao governo, queremos salientar duas: uma é sobre a elevação da representação oficial timorense, em Maputo, ao nível de embaixada, porque Moçambique reconheceu a República Democrática de Timor-Leste e com ela estabeleceu relações diplomáticas em 1976. A outra proposta é um código do relacionamento económico Moçambique-Indonésia. Prevê-se para este ano que o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro visitem oficialmente Jacarta, e por isso os amigos moçambicanos

de Timor-Leste querem que se faça um debate prévio e se chegue a um consenso de princípios sobre que tipo de cooperação económica se pode estabelecer nas actuais circunstâncias de Moçambique, da Indonésia e de Timor-Leste.

Acordos económicos com a Indonésia não devem conter imposições políticas de Jacarta a Maputo, nem mecanismos e instrumentos que coloquem a Indonésia na situação de poder pressionar e exercer chantagem sobre Moçambique por apoiar Timor-Leste.

Sabemos que a Indonésia foi autorizada a reabilitar o hospital provincial de Nampula e a abrir um banco em Maputo, mas desconhecemos as bases da aprovação destas iniciativas. Mais uma vez estamos perante a falta de transparência e explicação governamental, sendo mesmos estas as principais características do Governo de Moçambique quando o assunto é Timor ou a Indonésia.

Temos de dizer-vos que somos um grupo de solidariedade que actua num país em complexa situação sócio-económica, e basta indicar-vos dois números dramáticos: só para este ano o serviço da dívida externa atinge os 500 milhões de dólares, num Moçambique cujo orçamento geral do estado é em 70% constituído por donativos estrangeiros. Ou seja: se na questão timorense não permitimos que o governo ceda um milímetro sequer, já na questão da cooperação com a Indonésia teremos de engolir vários sapos.

Sobre o adido político norte-americano há a dizer que ele só tinha um objectivo para o seu encontro comigo: pretendia avaliar o peso do caso timorense na política externa moçambicana, a influência do grupo de solidariedade na nossa sociedade, o grau de apoio e de simpatia da opinião pública e da imprensa moçambicana para com Timor, as motivações dos grupos sociais na sua identificação com a causa dos timorenses, etc. O tempo dirá se o adido recolhia dados para o seu governo pressionar Maputo ou para apoiar Timor, ou se somente cumpria uma missão de bons ofícios para o embaixador indonésio em Harare, que não deve ter gostado das nossas revelações sobre a penetração indonésia em Moçambique.

Este é o ponto da situação da nossa luta actual pela manutenção do apoio oficial moçambicano a Timor-Leste.

Quero ainda informar-vos que o cardeal de Maputo, D.Alexandre dos Santos, se avistou com D.Ximenes Belo e com o cardeal de Jacarta, e tanto nestes encontros como depois, publicamente, defendeu o direito dos timorenses à auto-determinação.

A finalizar queria comunicar-vos as acções principais que o grupo de solidariedade quer levar acabo este ano: dinamizar a criação do grupo parlamentar pró-TL, já em curso; colocar Xanana Gusmão em contacto com o Presidente Chissano e co-participar nos esforços para levar a Maputo uma delegação conjunta da Resistência Timorense.